



Materiais e atividades: A mobilidade das fronteiras econômicas e a organização espacial do Brasil

TEXTO: A configuração centro-periferia e as migrações interregionais no Brasil

A expansão colonial definiu regiões mercantis relativamente autônomas. Essa relativa autonomia econômica regional sobreviveu à centralização do poder político realizada pelo Império, em grande parte devido à manutenção da escravidão. O escravismo, fator decisivo na união das oligarquias regionais em torno do poder central, impediu a constituição de um mercado interno de dimensões significativas e limitou as trocas comerciais entre as diversas regiões produtivas.

No final do século XIX, o território brasileiro ainda encontrava-se fragmentado em ilhas, econômicas regionais. As ligações internas desse "arquipélago econômico" eram frágeis: os mercados externos tinham importância muito maior que o embrionário mercado nacional.

O Nordeste açucareiro constituía um desses polos exportadores. A produção canavieira, após uma prolongada decadência, vivia um surto de prosperidade ligado às transformações tecnológicas que culminaram com a substituição do engenho pela usina. Enquanto isso, no sertão semiárido, o cultivo de algodão têxtil, adaptado às condições ecológicas regionais e destinado às indústrias europeias, dividia o espaço com a tradicional atividade pecuária.

A Amazônia sediava o pólo exportador de borracha, cuja importância se restringiu ao período 1870-1920. As grandes exportações de borracha natural para a Europa e os Estados Unidos tinham atraído levas de migrantes nordestinos para a Amazônia ocidental. Entretanto, o sistema de produção, baseado no controle dos seringais pelas companhias exportadoras, impediu qualquer acumulação interna da riqueza gerada pelas exportações. O surto da borracha não criou as bases para o desenvolvimento regional e sequer dinamizou um mercado regional de importância significativa.

O Brasil Meridional conheceu uma política de ocupação conduzida pelo Império, destinada a assegurar a soberania sobre a região e baseada na distribuição de pequenos lotes florestais para imigrantes italianos, alemães e eslavos. No início do século XX, já existiam importantes centros agrícolas no Vale do Itajaí (SC), nos arredores de Curitiba (PR) e na região serrana gaúcha. Ao contrário do que acontecia no resto do país, esses centros não estavam voltados para os mercados externos. Nas cidades fundadas pelos imigrantes, nasciam pequenas indústrias de roupas, calçados, louças e alimentos, voltadas principalmente para o mercado regional.

Desde meados do século XIX, a economia cafeeira constituía o núcleo das relações do Brasil com o mercado mundial. Introduzido inicialmente no Rio de Janeiro com base no trabalho escravo, o café logo ganhou as terras paulistas, onde seria cultivado sobretudo por imigrantes. Mais tarde, o "ouro verde" se expandiria para o sul de Minas Gerais e o norte do Paraná.

A nova riqueza fez ferver a cobiça dos fazendeiros, que compravam terras e abriam plantações. Nas encostas íngremes dos "mares de morros", legiões de lenhadores itinerantes eram contratadas para executar a tarefa de derrubada da floresta e abrir clareiras para o plantio do café. Depois, grandes queimadas completavam o trabalho dos lenhadores. Ferrovias rasgaram o estado de São Paulo, formando um leque aberto para o Oeste, que se unia em Jundiaí e São Paulo, de onde os trilhos levavam para o porto de Santos. Nas margens das ferrovias, novas vilas e cidades avançavam sobre as áreas originalmente florestadas. O espaço cafeeiro gerava economias complementares na sua periferia. As áreas não-cafeeiras de Minas Gerais e as áreas coloniais do Brasil meridional ligavam-se cada vez mais ao pólo cafeeiro paulista. Nos cerrados do Brasil central, uma pecuária ultra-extensiva sustentava o povoamento rarefeito e já fornecia carne bovina para o pólo cafeeiro.

Industrialização e integração nacional

O desenvolvimento do complexo cafeeiro exportador em São Paulo criou as condições necessárias para a industrialização do Sudeste, em especial da cidade de São Paulo. Os empresários industriais surgiram do interior da economia cafeeira. A força de trabalho industrial era também um subproduto dessa economia: muitos imigrantes deixavam as fazendas nas épocas de crise para se tornarem operários; outros já desembarcavam em Santos em busca de empregos urbanos. A infra-estrutura ferroviária implantada na região cafeeira ajudou a transportar as matérias-primas industriais.

A industrialização rompeu o isolamento dos mercados regionais: os manufaturados de São Paulo e do Rio de Janeiro, produzidos com tecnologia superior e em escala industrial, invadiram todo o país. A competição desigual com as mercadorias fabricadas nas outras regiões resultou no predomínio da indústria do Sudeste.

A marcha de conquista se acelerou na década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas eliminou os impostos interestaduais que protegiam os mercados regionais. Na década seguinte, rodovias começaram a interligar os estados de São Paulo e Rio de Janeiro ao Sul e ao Nordeste, gerando uma expansão inédita do comércio interno. A tradicional indústria têxtil doméstica do Nordeste, baseada no algodão, foi destruída pela penetração dos tecidos paulistas e cariocas. As novas vias de circulação serviram também para transportar milhões de nordestinos que buscavam oportunidades de trabalho nas principais capitais do Sudeste.

Durante a Segunda Guerra e no pós-guerra a concentração geográfica da indústria se intensificou, com a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis. A reorganização da economia nacional atingiu tanto a indústria como a agricultura. (fig. 1)

O crescimento da participação do Sudeste na indústria nacional limitou o desenvolvimento industrial do Sul e, principalmente, do Nordeste. O Sul conseguiu manter uma participação estável, em função da qualificação da força de trabalho gerada pela imigração e do desenvolvimento tecnológico de setores industriais ligados aos bens de consumo não-duráveis. O Nordeste conheceu uma regressão acentuada da sua participação na indústria nacional, o que agravou os desníveis de renda que o separavam do Sudeste.

A agricultura também se transformou. A produção para exportação deixou de dominar o setor, com a ampliação da agricultura comercial direcionada para o mercado interno. As cidades do Sudeste tornaram-se grandes mercados consumidores de alimentos de todas as regiões.

O Sul logo despontou como grande "celeiro agrícola" do país, exportando para o Sudeste industrial. A complementaridade entre as duas regiões se tornava mais forte. A agropecuária do Centro-Oeste também conheceu um desenvolvimento notável, ligando-se cada vez mais ao mercado paulista.

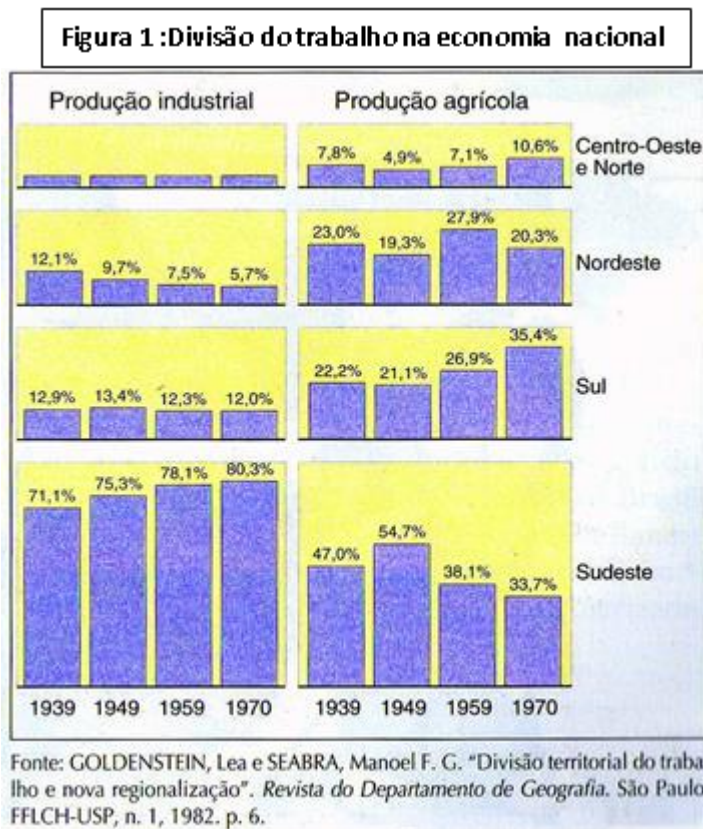
O Nordeste, ao contrário, teve reduzida a sua participação na agricultura nacional: em vez de fornecer alimentos e matérias-primas para as cidades e fábricas do Sudeste, fornecia principalmente mão-de-obra. As migrações de nordestinos para o Rio de Janeiro e São Paulo refletiam sua decadência agrícola e a destruição da pequena indústria regional.

A economia nacional assumiu uma nítida configuração centro—periferia. O Sudeste, comandado por São Paulo, consolidou a sua condição de núcleo econômico do país. O Sul e o Nordeste firmaram-se como regiões periféricas. O Centro-Oeste e o Norte representavam fronteiras demográficas e agropecuárias.

O Nordeste já era um foco de repulsão populacional muito antes da industrialização. Ainda no século XVII, milhares de nordestinos se deslocaram para a região das minas, e continuaram se deslocando nos séculos seguintes: eram a maioria entre os trabalhadores do "ciclo da borracha" da Amazônia e participaram do "ciclo do café" em São Paulo. Na origem desse movimento migratório de longa duração, está a grande concentração da propriedade fundiária que marca a região desde os primeiros tempos da colonização.

A industrialização do Sudeste apenas acelerou a antiga tendência. Depois de 1930, a integração dos mercados regionais e a persistência da estrutura fundiária arcaica transformaram o Nordeste em vasto reservatório de mão-de-obra para os mais importantes centros urbanos e industriais do país.

Em 1940 aproximadamente 5% dos nordestinos viviam fora de sua região; em 1980 já eram mais de 17%. Entre as décadas de 1940 e 1950 os migrantes foram responsáveis por cerca de 60% do crescimento populacional do município de São Paulo. Somente nas duas últimas décadas houve uma mudança significativa nesse padrão de migração interregional onde o nordeste figura como uma área de repulsão populacional.



Marcha para o Oeste

O padrão litorâneo de povoamento do Brasil sobreviveu ao impulso inicial da industrialização. Em 1940, a esmagadora maioria da população brasileira vivia em uma faixa relativamente estreita ao longo da costa, na qual os ecossistemas originais já haviam sido em grande parte devastados (fig.2). Além dessa faixa, uma "mancha" de densidades demográficas superiores a 2 hab/km² espalhava-se lentamente pelas áreas interiores do Sudeste e Nordeste e num trecho das várzeas amazônicas, nas proximidades de Manaus.

A ocupação dos imensos vazios do Oeste foi uma das prioridades do presidente Getúlio Vargas, desde a Revolução de 1930. Goiânia, uma das primeiras cidades inteiramente planejadas do Brasil, foi fundada como elemento desse processo. Durante o regime do Estado Novo (1937-1945), Getúlio convocou os brasileiros a realizarem uma "marcha para o Oeste".

Na década de 1940, seriam implantados os projetos pioneiros de colonização oficial no Centro-Oeste. Os principais foram a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no município de Ceres, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no atual Mato Grosso do Sul. O governo federal distribuía lotes de 30 hectares, que seriam regularizados depois de dez anos de ocupação comprovada.

Somente para a Colônia de Dourados afluíram cerca de 150 mil pessoas, em sua maioria mineiros, nordestinos e paulistas. O milho e o arroz eram os principais produtos cultivados.

Até hoje, a estrutura fundiária da região guarda marcas do tempo da Colônia Agrícola. A maioria das fazendas dos municípios de Douradina ou Glória de Dourados, por exemplo, tem área em torno de 600 hectares, que corresponde a 20 lotes antigos, unificados pela concentração fundiária.

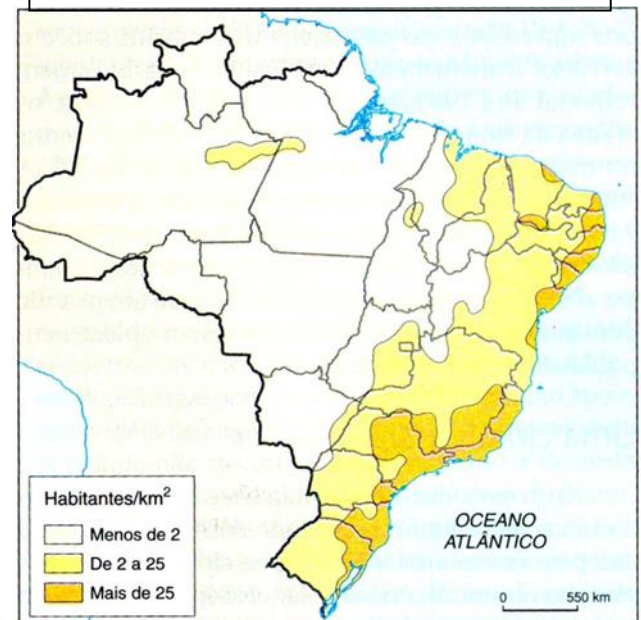
De modo geral, a ocupação do Centro-Oeste reproduziu mecanismos já antigos na história da ocupação produtiva do território brasileiro. Primeiro, chegaram as frentes de expansão, nas quais trabalhadores agrícolas expulsos pela modernização da agricultura do Sudeste ou pela estagnação econômica do Nordeste estabeleciam-se como posseiros e abriam sítios e roçados voltados essencialmente para a subsistência, em terras ainda virgens. Depois, a partir da década de 1950, com as iniciativas oficiais e particulares de colonização, abriam-se as frentes pioneiras: nelas, os agricultores se tornavam proprietários da terra e, via de regra, produziam para o mercado. Nas frentes pioneiras, a terra se transformava em uma mercadoria ferozmente disputada. Com elas, a especulação e os mecanismos de valorização fundiária típicos do mercado de terras capitalista chegaram ao Brasil central. A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília acelerou essas tendências de incorporação do Oeste à economia nacional polarizada pelo Sudeste.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Centro-Oeste figurou, de longe, como a região com maiores taxas de crescimento populacional. Enquanto isso, campos agrícolas e de pastagens avançavam sobre o cerrado, transformando radicalmente a paisagem regional. Em 1960, ano da fundação de Brasília, os efeitos da "marcha para o Oeste" já se faziam sentir no mapa das densidades demográficas. A "mancha" de densidades demográficas superiores a 2 hab/km² já recobria quase todo o estado de Goiás e avançava pelo antigo Mato Grosso. Ao mesmo tempo, o mapa confirmava a constituição de um grande pólo demográfico no Sudeste e revelava a plena ocupação da fachada litorânea.

A Amazonia e a integração nacional

A obsessão em ocupar os "vazios" demográficos e concretizar a unidade nacional também esteve presente durante os longos anos da ditadura militar (1964-1985). Em 1970, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici sancionou um ambicioso Projeto de Integração Nacional (PIN), justificado pela suposta necessidade de "levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia". O PIN explicitava uma estratégia geoeconômica da ditadura: aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários na Região Nordeste e incentivar o povoamento do interior do território brasileiro.

Figura 2: Densidades demográficas em 1940



Fonte: IBGE. Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Para viabilizar essa estratégia, previa-se a construção de duas grandes rodovias — a Transamazônica e a Cuiabá—Santarém — e a implantação de projetos de colonização em uma faixa de 10 quilômetros ao longo das margens dessas estradas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) instalaria famílias em lotes de 100 hectares, provendo a infra-estrutura necessária ao plantio e à comercialização dos produtos cultivados.

O projeto de colonização oficial ao longo das rodovias teve fôlego curto. Antes mesmo da inauguração das estradas, os pronunciamentos oficiais anunciavam uma mudança de rota na política de ocupação da Amazônia. As pequenas propriedades passaram a ser vistas como onerosas e improdutivas; tratava-se agora de atrair grandes investimentos minerais e agropecuários para a região. O PIN previa o assentamento de 1 milhão de famílias; entretanto, em 1974, existiam somente mil famílias instaladas às margens da Transamazônica. Muitas delas foram abandonadas à própria sorte, no meio da floresta, sem recursos para plantar ou meios para comercializar sua produção.

Ao longo da Cuiabá—Santarém, o malogro foi ainda maior. No estado do Mato Grosso, a demanda por terra e o fracasso das iniciativas oficiais deram origem a inúmeros projetos particulares de colonização, a maior parte deles envolvendo terras griladas por grandes companhias. No norte do estado, tradicionalmente ocupado por posseiros, a chegada das empresas colonizadoras e dos garimpeiros imprimiu um caráter de extrema violência aos conflitos fundiários.

O fracasso dos projetos de colonização oficial não evitou que a Amazônia se transformasse na nova fronteira agrícola do país. O acelerado crescimento demográfico da Amazônia resultou, principalmente, da intensa migração de trabalhadores rurais da Região Sul, expulsos pela modernização da agricultura e pela concentração fundiária, e do Nordeste, marcado pelo domínio dos latifúndios e pela fragmentação das propriedades camponesas. Na década de 1970, o incremento populacional da Região Norte ultrapassou o da Região Centro-Oeste e, na década de 1980, atingiu seu recorde histórico.

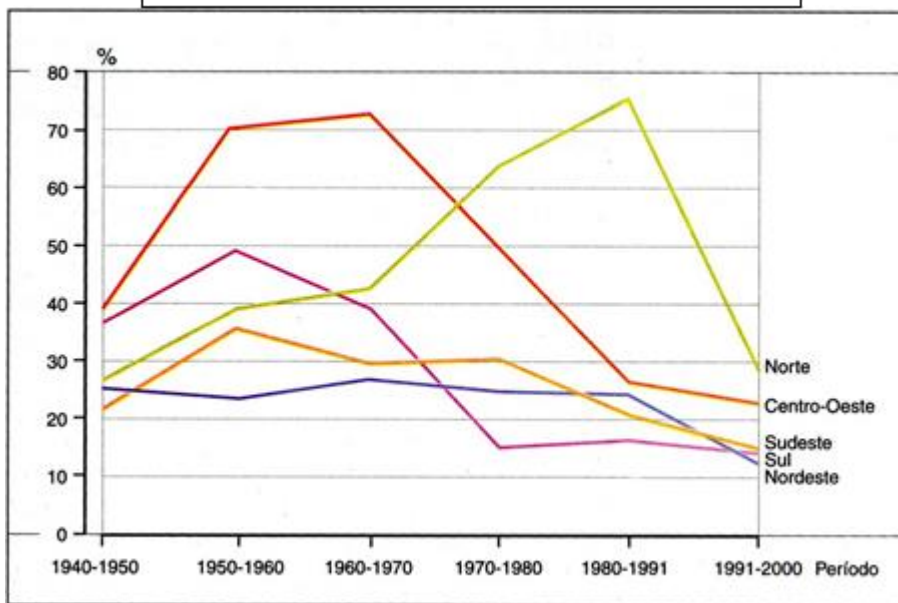
O gráfico mostrado na figura 3 conta parte da história da dinâmica regional brasileira. A Região Sul comportou-se como área de atração populacional entre 1940 e 1970. Os fluxos migratórios em direção ao Brasil meridional refletiram as transformações produtivas no estado do Paraná.

A ocupação do Paraná começou na década de 1920, com a chegada das culturas de café e de algodão no norte do estado, nas frentes pioneiras polarizadas por Londrina. Em 1940, a colonização particular difundia-se por todo o noroeste paranaense, onde predominavam as pequenas e médias propriedades. Todos os anos, dezenas de milhares de novos migrantes se estabeleciam na área e cada vez mais as matas davam lugar a campos de cultivo. Entre 1950 e 1960, a população paranaense cresceu mais de 100%, um recorde entre os estados brasileiros.

A partir de 1970, porém, a introdução do cultivo intensivo da soja alterou substancialmente a estrutura agrária de vastas porções do estado. O crescimento do tamanho médio das propriedades e a mecanização provocaram a expulsão dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais. Em consequência, entre 1970 e 1980 o Paraná voltou a quebrar um recorde, só que dessa vez negativo: sua população cresceu apenas 11%, o menor índice entre os estados brasileiros. No mesmo intervalo, o estado registrou um saldo migratório decenal negativo de 820 mil pessoas. Junto com nordestinos, capixabas e mineiros, os paranaenses dirigiam-se às novas fronteiras agrícolas da Amazônia.

A maior parte dos migrantes sulistas se dirigia para os estados do Mato Grosso e de Rondônia. O asfaltamento da BR-364 (a rodovia Brasília—Acre) e a implantação de projetos de colonização promoveram a rápida ocupação das terras de Rondônia localizadas ao longo da estrada. Entre 1970 e 1980, a população do estado apresentou crescimento de 342%; mais de 67% dos seus habitantes eram migrantes em 1980, a maioria deles de origem paranaense.

Figura 3: Taxa de crescimento decenal da população



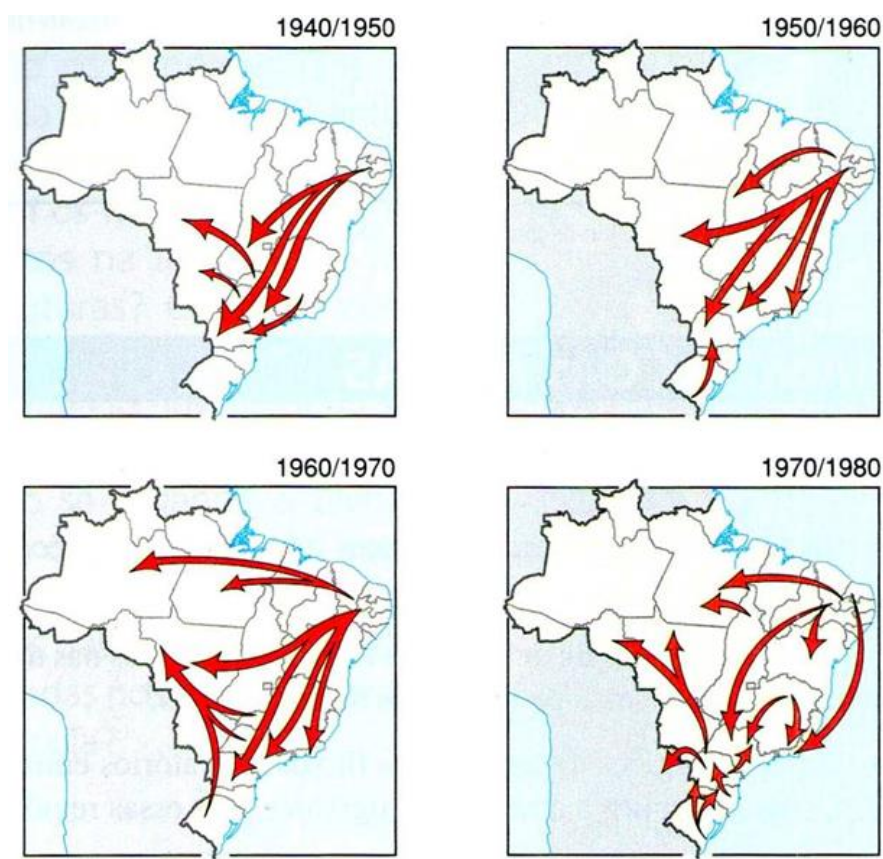
Esse fluxo migratório, que prosseguiu na década de 1980, revelou-se muito superior à capacidade de absorção demográfica dos projetos de colonização rural. O resultado foi o crescimento acelerado dos centros urbanos, tanto de Rondônia quanto do Acre. Neles, os migrantes desempenharam a função de um verdadeiro exército de mão-de-obra para as fazendas de gado e para as empresas madeireiras.

A Região Norte recebeu também migrantes nordestinos, que se dirigiram principalmente para a Amazônia Oriental. O sul do Pará e o norte do atual estado do Tocantins, áreas marcadas por violentos conflitos fundiários, receberam a maior parte desses migrantes, que se instalavam como posseiros em terras submetidas à ação dos grileiros.

O impacto das frentes de povoamento na Amazônia pode ser verificado no mapa apresentado na figura 4. Enquanto a faixa de densidades mais elevadas estendia-se pelo Sudeste e pelo Sul e avançava na porção meridional do Centro-Oeste, a "mancha" de densidades demográficas superiores a 2 hab/km² recobria o Tocantins, o leste do Pará, Rondônia e parte do Acre.



Figura 5: Principais fluxos migratórios interregionais (1940-1980)



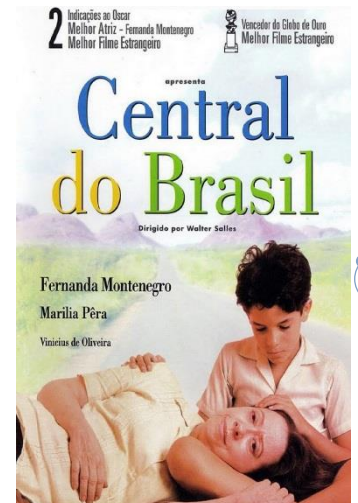
Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 16.

Sugestões relacionados ao tema:

Filme: Central do Brasil: Longe das belas paisagens da cidade do Rio de Janeiro, bem no meio do efervescente movimento de trabalhadores da Central do Brasil, Dora (Fernanda Montenegro) ganha a vida escrevendo cartas para pessoas analfabetas que sentem necessidade de comunicar-se com os seus. Testemunha de um cotidiano de desigualdades, de agentes da lei exterminando meninos em prol da prevalência da propriedade sobre a vida, a ex-professora se sensibiliza com o drama do menino Josué (Vinicius de Oliveira), cujo desejo de conhecer o pai esbarra em diversos contratempos. As deambulações de Dora e Josué desvelam um Brasil profundo, empobrecido no agreste e nas metrópoles do sudeste, cheio de contradições sociais.

Data de lançamento: 3 de abril de 1998 (Brasil)

Direção: Walter Salles



Assista em: <https://www.youtube.com/watch?v=y77qChS3Cq4>

Vídeo: A História da Construção de Brasília

Assista em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qRjqdX9HIYs>



Série: Mil Dias - Conheça a grandiosa história da construção de Brasília por meio de um novo ponto de vista, o dos candangos. Quatro personagens fictícios de diferentes profissões e origens narram todas as etapas dessa empreitada sem precedentes.

Episódio 1 - Assista em:

<https://www.youtube.com/watch?v=n97KwSgEeJc>

Episódio 2 – Assista em:

<https://www.youtube.com/watch?v=y mk5nHq8LBY>

Episódio 3 – Assista em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VX1GT9j8O28>

Você encontra todos os episódios online.



Música Bye, bye Brasil, de Chico Buarque e Roberto Menescal

Versão ao vivo: <https://www.youtube.com/watch?v=5oYLRRo8sTY>

Versão da música para o filme Bye, bye Brasil: https://www.youtube.com/watch?time_continue=80&v=g-nABRI darw&feature=emb_logo

Análise da música Bye, bye Brasil por Guilherme Wisnik (áudio da Rádio USP)

<https://jornal.usp.br/atualidades/guilherme-wisnik-apresenta-bye-bye-brasil-de-chico-buarque-e-roberto-menesca/>

Questões de vestibulares:

1 - (Uerj 2014): **A restituição da passagem.** As famílias chegadas a Santos com passagens de 3ª classe, tendo pelo menos 3 pessoas de 12 a 45 anos, sendo agricultores e destinando-se à lavoura do estado de São Paulo, como colonos nas fazendas ou estabelecendo-se por conta própria em terras adquiridas ou arrendadas de particulares ou do governo, fora dos subúrbios da cidade, podem obter a restituição da quantia que tiverem pago por suas passagens. Adaptado de *O imigrante*, nº 1, janeiro de 1908. A publicação da revista *O imigrante* fazia parte das ações do governo de São Paulo que tinham como objetivo estimular, no final do século XIX e início do XX, a ida de imigrantes para o estado. Para isso, ofereciam-se inclusive subsídios, como indica o texto. Essa diretriz paulista era parte integrante da política nacional da época que visava à garantia da:

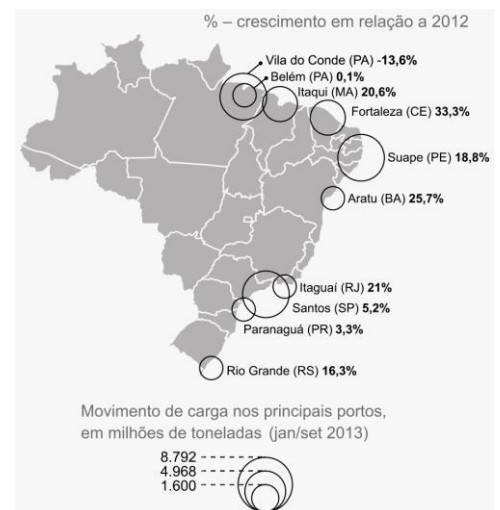
- a) oferta de mão de obra para a cafeicultura
- b) ampliação dos núcleos urbanos no interior
- c) continuidade do processo de reforma agrária
- d) expansão dos limites territoriais da federação

2 - (UERJ 2015): **Novos caminhos pelo mar:** Mesmo com a economia brasileira crescendo pouco, um setor se expande de forma vigorosa, com taxas “chinesas”: a cabotagem, ou o transporte interno de cargas pelo mar, que avançou 7,7% só nos primeiros nove meses de 2013, frente ao mesmo período de 2012. O incremento é mais sentido na área nobre do setor de cargas, os produtos transportados por contêineres, nos quais está o maior valor agregado. No período, a taxa de expansão desse segmento foi de 28%. Adaptado de *O Globo*, 12/01/2014. Com base nos dados apresentados, o ritmo do crescimento da cabotagem pode ser explicado pela característica da organização socioespacial brasileira indicada em:

- a) portos separados por distância reduzida
- b) estradas presentes ao longo do território
- c) cultivos direcionados ao mercado mundial
- d) populações concentradas em faixa litorânea

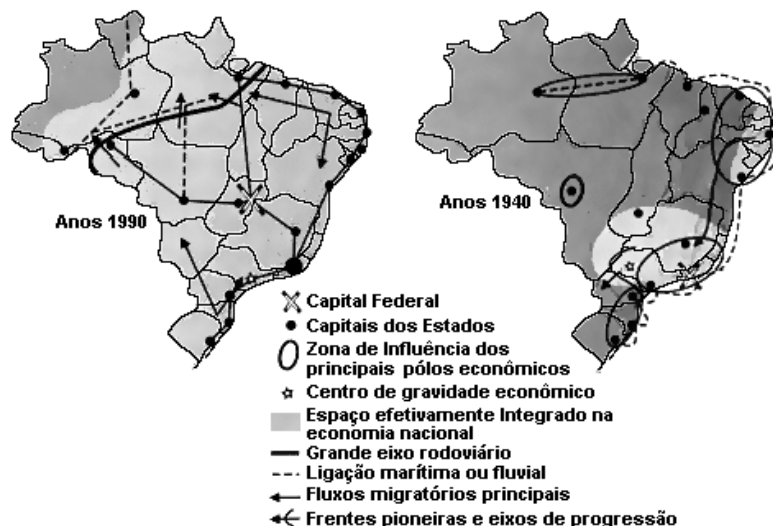
3 - (Ufpr 2015): Neste fim do século XX, as fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer, [...], que o território brasileiro está inteiramente apropriado. Por outro lado, a natureza recuou consideravelmente, enquanto todas as formas de densidade humana ficam cada vez mais presentes. Ainda que sua distribuição seja desigual, há, em uma porção considerável do território, maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 279. Com base na reflexão oferecida pelo texto e no conhecimento sobre geografia do Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**. (0,3 pts)

- a) Durante o século XX, o Estado nacional foi responsável por grandes projetos para ampliação das fronteiras internas de ocupação, como é o caso da marcha para o oeste.
- b) A densidade humana e técnica presentes no território mostram um país regionalmente diferenciado, mas com uma economia integrada, do ponto de vista do mercado nacional.
- c) Processos de ocupação do território, a exemplo do avanço da soja no centro-oeste brasileiro e de atividades agropecuárias na Amazônia demonstram um avanço contínuo sobre os espaços naturais.
- d) Do ponto de vista econômico há um desequilíbrio na produção de bens e serviços entre as regiões brasileiras, fato que tem levado à criação de políticas de desenvolvimento regional, como foi o caso da zona franca de Manaus.
- e) Considerando a extensão e a direção da ocupação do território brasileiro – do litoral rumo ao



interior – há uma vasta porção por ser apropriada pelo Estado Nacional: a Amazônia

4 - (Pucsp):



Hervé, THERY, "Retrato Cartográfico e Estatístico" In Brasil: um século de transformações, p. 408.

Sobre a evolução do espaço econômico no Brasil, é correto dizer que:

- até 1940 esse espaço organizava-se em dois blocos que, embora não contíguos, mantinham, por navegação costeira, intensas relações econômicas entre si, constituindo-se de fato num único espaço econômico bem integrado.
- na expansão desse espaço, constata-se o papel chave do rodoviarismo em todas as direções, o que decorreu da precocidade da automobilização e por ser o meio rodoviário a forma ideal para o transporte de carga a longa distância.
- a transferência da capital federal foi decisiva para a expansão desse espaço, deslocando e atraindo para o interior formas econômicas mais dinâmicas, o que se demonstra pela direção predominante dos fluxos migratórios.
- hoje esse espaço quase coincide com o território nacional, mas esse fato não deve esconder que essa expansão se deu paralelamente a uma distribuição muito desigual de recursos humanos e econômicos nesse espaço.
- as zonas de influência dos dois blocos desse espaço na década de 1940 alargavam-se e caminhavam para uma integração, em função da economia cafeeira, que estava substituindo a atividade canieira.

5. (Enem 2017): O fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Esses novos processos se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares, que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos. OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (adaptada).

A redefinição dos fluxos migratórios internos no Brasil, no período apontado no texto, tem como causa a intensificação do processo de

- descapitalização do setor primário.
- ampliação da economia informal.
- tributação da área residencial citadina.
- desconcentração da atividade industrial.
- saturação da empregabilidade no setor terciário.

6. (Pucrj 2018): Com base nos dados fornecidos pelo Censo demográfico brasileiro de 1872 – o primeiro a ser realizado pelo então Estado imperial brasileiro – conclui-se que:

- a) a ocupação do território brasileiro seguia a lógica colonial portuguesa na América do Sul, com a concentração demográfica no interior e aumento da população ao Leste.
- b) as principais cidades brasileiras, em números de população absoluta, na segunda metade do século XIX, eram o Rio de Janeiro, Salvador e Recife.
- c) as cidades do sul do país tinham a melhor distribuição de população entre elas, por serem as mais desenvolvidas naquela época.
- d) o sertão nordestino vivia uma efervescência demográfica frente ao sucesso do cultivo da cana de açúcar e da mineração.
- e) o interior do país tinha uma boa distribuição demográfica, reflexo das políticas de imigração do 2º Reinado.

Distribuição da população brasileira, segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 1872

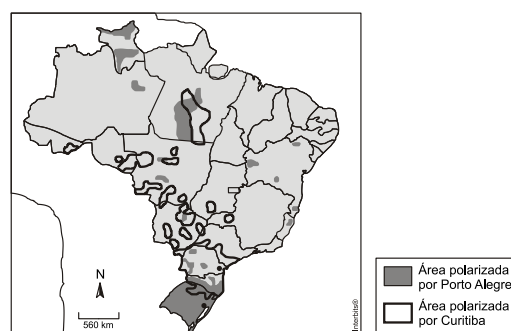


Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em: 26, Jul 2017. Adaptado.

7. (Uerj 2013): A análise das áreas de influência das metrópoles permite identificar características atuais da rede urbana nacional, como é o caso da descontinuidade espacial da polarização exercida por um centro urbano e a superposição espacial das áreas de influência das cidades. Um exemplo pode ser observado no mapa ao lado, no caso das áreas polarizadas por Curitiba e por Porto Alegre.

A descontinuidade espacial das áreas de influência dessas duas metrópoles meridionais tem como principal explicação a existência de:

- a) fluxos de migrantes da região Sul para outras regiões
- b) filiais de indústrias gaúchas e paranaenses dispersas pelo país
- c) redes de transporte rodoviário com origem nos estados sulistas
- d) matrizes de bancos curitibanos e porto-alegrenses e agências em outros estados



Adaptado de TERRA, Lygia e outros. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2008.

Gabarito:

- 1) A
- 2) D
- 3) B
- 4) D
- 5) D
- 6) B
- 7) A